

A CONSTRUÇÃO DE PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS PARA O ESTUDO DO FUNCIONAMENTO ENUNCIATIVO DO TEXTO

Claudia TOLDO
Universidade de Passo Fundo

Resumo: O propósito deste trabalho é propor uma abordagem enunciativa (cf Benveniste 1988, 1989) de análise linguística do texto, com vistas ao trabalho de análise de textos em aulas de Língua Portuguesa. Queremos oferecer aos professores dessa disciplina, principalmente aos da educação básica, uma reflexão enunciativa de análise textual, considerando que há, normalmente, estudos que, a partir do referencial da linguística enunciativa, dedicam-se a analisar as marcas da enunciação no enunciado em textos de diferentes naturezas (publicitários, jornalísticos, etc.), sem desenvolver propriamente uma proposta metodológica de análise do texto. Este trabalho, portanto, atende a uma necessidade de deslocar o referencial enunciativo para o estudo do texto no âmbito escolar. Na verdade, é uma tentativa de explicitar como a perspectiva enunciativa de análise da linguagem pode proporcionar um entendimento da linguagem que se articula a uma prática de análise linguística menos distanciada da realidade dos falantes. Sendo assim, o objetivo principal deste trabalho é fazer um recorte nos estudos da enunciação, para aprofundar o entendimento de conceitos propostos na teoria enunciativa de Émile Benveniste. Esse objetivo tem como pano de fundo uma significativa necessidade de entender melhor como explicar e descrever o uso e a organização da língua em dada situação discursiva e como fazê-lo em circunstâncias de ensino de língua portuguesa.

1 Palavras iniciais

O tema desta pesquisa é propor uma abordagem enunciativa (cf Benveniste 1989, 1988) de análise linguística do texto, com vistas ao ensino da leitura em disciplinas de Língua Portuguesa no Curso de Letras, a fim de formar professores

aptos ao trabalho com o texto nas salas de aula da educação básica. O primeiro ponto que deve ser considerado, em termos de contextualização deste trabalho, é que, no Brasil, são raros os estudos voltados à análise enunciativa do texto e sua consequente aplicação ao ensino da leitura. O que se tem, normalmente, são estudos que, a partir do referencial da linguística enunciativa, dedicam-se a estudar as marcas da enunciação no enunciado em textos de diferentes naturezas (publicitários, jornalísticos, etc.), sem desenvolver propriamente uma proposta metodológica de análise do texto.

Sendo assim, podemos dizer que o objetivo principal deste trabalho é propor princípios metodológicos para o estudo do funcionamento enunciativo do texto. Queremos ainda: a) analisar a construção do sentido do texto em sua dimensão enunciativa, buscando outra possibilidade ao estudo do texto, a partir dos estudos enunciativos; b) observar a língua, em suas distintas dimensões semânticas (do sistema e do uso), a fim de investigar como se constrói a relação língua – enquanto sistema – e linguagem – enquanto língua em uso em textos; c) verificar como se transpõem os conceitos da teoria enunciativa para o campo textual, a partir do estabelecimento de subsídios da teoria enunciativa de Émile Benveniste, para descrever o funcionamento do texto nas aulas de língua portuguesa; d) aprofundar conceitos específicos da teoria enunciativa de Benveniste, a partir da compreensão de certos usos do sistema linguístico, levando em consideração sua enunciação; e) investigar que especificidade e qual a diferença tem uma análise de texto numa perspectiva enunciativa em relação a outras análises textuais.

Este trabalho quer deslocar o referencial enunciativo para o estudo do texto no âmbito escolar. Ele se insere numa discussão muito próxima da sala de aula. Na verdade, é uma tentativa de explicitar como a perspectiva enunciativa de análise da linguagem pode proporcionar um entendimento da linguagem que se articula a uma prática de análise linguística menos distanciada da realidade dos falantes.

Quer-se mostrar que os recursos linguísticos e seu uso num texto serão mais significativamente contemplados tendo-se em vista o *eu-tu-aqui-agora* da enunciação.

A ideia que nos conduz aqui é que a gramática de um texto – e mesmo a gramática de uma língua – está subordinada ao sentido produzido por um locutor que mobiliza a língua de forma a produzir sentido. Assim, na perspectiva

enunciativa, estudar a língua é abordá-la pelo viés do sentido que se materializa no texto e a gramática que está a serviço deste sentido.

2 Problematizando o problema do ensino de língua materna

O objetivo principal deste trabalho é fazer um recorte nos estudos da enunciação, para aprofundar o entendimento de conceitos propostos na teoria enunciativa de Émile Benveniste. Esse objetivo tem como pano de fundo uma significativa necessidade de entender melhor como explicar e descrever o uso e a organização da língua em dada situação discursiva e como fazê-lo em circunstâncias de ensino de língua portuguesa.

Cabe adiantar que a expressão “uso e organização da língua em dada situação discursiva” tem sentido específico, neste trabalho, e poderia ser adequadamente parafraseada pela palavra “texto”, uma vez que a nossa compreensão do texto se coaduna com a ideia do uso linguístico em uma dada instância de discurso que, segundo entendemos, está de acordo com a teoria enunciativa de Benveniste.

Em outras palavras: mesmo que Benveniste não reflita sobre a noção de texto ao longo de seus *Problemas de lingüística geral* – ao menos não como isso é feito nos parâmetros atuais da linguística – acreditamos que é possível inferir de seus trabalhos uma noção sintonizada com essa ideia de *uso e organização em dada situação*. Com isso, queremos dizer que o fato de o autor não identificar uma noção com um termo técnico – “texto”, neste caso – não implica a inexistência da noção, mesmo que sob outra designação.

A título de exemplo do que estamos dizendo, observemos o que diz o *Dicionário de lingüística da enunciação* (DLE) acerca do termo “enunciado”, em Benveniste:

manifestação da enunciação, produzida cada vez que se fala. Na medida em que a enunciação é processo, o enunciado pode ser considerado o produto da enunciação e inclui pessoa, tempo e espaço. O enunciado tem existência em um determinado momento em que a língua é mobilizada por um locutor. (DLE, p. 107)

Ora, o que estamos denominando de “texto” na teoria benvenistiana certamente receberia abrigo na definição de “enunciado” tal como o *Dicionário* a apresenta acima.

Isso posto, buscamos, também, inspirados na teoria enunciativa de Émile Benveniste, uma noção de língua/linguagem que possa subsidiar o estudo do texto no trabalho realizado em disciplinas de língua portuguesa no Curso de Letras, a fim de formar professores capazes de tomarem o texto como um objeto de estudo em suas aulas da educação básica. A partir disso, pensamos poder responder às seguintes questões:

a) O que é pensar o ensino de língua materna a partir de uma concepção enunciativa de língua/linguagem?

b) O que significa pensar o trabalho de texto em sala de aula a partir de uma concepção enunciativa de língua?

Para tanto, trazemos à tona, como forma de justificar a pertinência do que propomos, algumas constatações do que se tem visto (pela nossa prática docente na educação básica e superior) nas escolas no que respeita o ensino de língua portuguesa.

Nosso intuito é provocar uma reflexão e daí uma discussão sobre a colaboração que os estudos enunciativos, principalmente os aqui destacados, podem trazer às reflexões sobre ensino de língua, enquanto condição, como diz Benveniste, de um homem tornar-se sujeito pelo seu dizer.

Tomando as palavras de Normand (2009, p. 182),

A análise do semântico (análise desta ou daquela unidade de discurso) associa uma análise semiótica do enunciado a um comentário sobre a situação cada vez particular da enunciação (tal sujeito, tal tempo, tal referente, tal interação cujas marcas fazem parte da descrição semiótica); assim como todo comentário de texto, essa análise interpreta os enunciados, mas não pretende dizer tudo sobre seu sentido.

Assim, procuramos mostrar um sentido possível de ser construído em textos a partir do estudo enunciativo de sua construção. Tomamos como exemplo um trecho de um texto de Luis Fernando Veríssimo, publicado em Zero Hora no dia 3 de Julho de 2010. Esse texto foi escrito para ser publicado no dia seguinte. O dia seguinte ao jogo de Brasil e Holanda, realizado em Port Elizabeth, cidade sul-africana, em 2 de julho de 2010. Este jogo, que aos olhos da maioria dos brasileiros, inclusive da seleção brasileira de futebol, e deste cronista – ao menos num primeiro momento –

seria apenas mais um para se chegar à grande final da Copa do Mundo de 2010. Decepção. O Brasil perdeu.

	[...]
1	Quando os dois times saíram para o intervalo ontem, comecei a redigir
2	mentalmente a minha “por que ganhamos”. Ia começar inventando um incidente
3	nos bastidores, Robben chegando no vestiário holandês reclamando da
4	marcação do Michel Bastos, que não o largava um minuto – e o Michel Bastos
5	chegando atrás dele.
6	Eu não tinha a menor dúvida de que venceríamos o jogo. Infelizmente,
7	depois do intervalo houve o segundo tempo, que destruiu as pretensões do
8	Brasil e a minha crônica. Uma das coisas que mudaram no segundo tempo foi
9	que o Michel Bastos, constrangido por um cartão amarelo, teve de descolar do
10	melhor jogador holandês para não ser expulso. Outra foi que não apareceu
11	ninguém para ajudá-lo a conter o lado direito do ataque holandês, por onde os
12	laranjas chegavam com mais perigo.
13	Felipe Melo, a aposta do Dunga que menos deu certo, não só fez o gol
14	de empate da Holanda como faltou constantemente ao trabalho, que era ajudar
	o Michel Bastos naquele lado. E ainda foi expulso e deixou seu time com 10.
	Quer dizer, nem o Felipe Melo nem nós precisávamos desse segundo tempo.
	[...]

Com base na descrição do particular, “da diversidade do que a língua permite a serviço de sujeitos vivos e falantes na interação subjetiva” (NORMAND, 2009, p. 182), passamos ao tratamento de alguns elementos que Benveniste ressalta por constituírem o quadro formal da enunciação, enquanto exemplo comprobatório da justificativa deste trabalho.

Quanto a este *ato*, podemos destacar que o autor do texto “Precisava o segundo tempo?” se apropria da língua e se enuncia, instaurando o tu/leitor do jornal Zero Hora. Quando Luis Fernando Veríssimo se apropria da língua e se enuncia, concretiza esse *ato* de enunciação. Nesse momento, a língua se realiza e se atualiza em uma instância de discurso, instaurando o locutor (que produz o ato da enunciação) e o alocutário/leitor (que produzirá outra enunciação). Essa realização e essa atualização são sempre novas e únicas, na medida em que uma enunciação é

sempre singular, irrepetível. Luis Fernando pode até apropriar-se da língua novamente e escrever outro texto como esse, mas jamais teremos uma mesma enunciação e jamais ele será o mesmo. É essa apropriação da língua pelo locutor que instaura o *tu* e constrói a referência pelo discurso. Assim se coloca o locutor e se intima um co-locutor, que, juntos, trazem outro elemento do quadro: a *situação*.

Esse outro elemento – *situação* de enunciação – vai se manifestar por um “jogo de formas específicas”. Essas formas são, primeiramente, os índices de pessoa (*eu/tu*). No fragmento em análise, percebemos o índice de pessoa em construções como “... comecei a redigir mentalmente a minha...” (linhas 1, 2), “Eu não tinha a menor dúvida...” (linha 5), “destruí [...] a minha crônica” (linhas 6, 7), “nem nós precisávamos desse segundo tempo,” (linha 14). Nesses trechos, percebemos um *eu* comentando e por isso se enunciando a respeito do que tratava: a redação da crônica, a certeza da vitória, a destruição do tema da crônica, a (des) necessidade do segundo tempo do jogo e a verificação de quantos jogadores atuavam no Brasil e quantos no exterior. Na medida em que o locutor diz o que disse, automaticamente intima um *tu* a acompanhar esse raciocínio de tentar entender – como ele (o *eu*) – a realidade que se viveu: a derrota do Brasil para a Holanda. Como diz Malinowski, em artigo¹ publicado em 1923,

Cada enunciação é um ato que serve o propósito direto de unir o ouvinte ao locutor por algum laço de sentimento, social ou de outro tipo. Uma vez mais, a linguagem, nesta função, manifesta-se-nos, não como um instrumento de reflexão, mas como modo de ação.

Considerando que o locutor do texto chama um leitor para dividir com ele o sentimento – no caso do texto de Veríssimo – da tristeza pela derrota, percebemos assim a construção da categoria de pessoa. O descontentamento, a frustração, a decepção são notórios em trechos como os que seguem: “o Michel Bastos, constrangido por um cartão amarelo, teve de descolar do melhor jogador holandês para não ser expulso.” (linhas 7, 8, 9), “... não apareceu ninguém para ajudá-lo a conter o lado direito do ataque holandês...” (linhas 9, 10), “... os laranjas chegavam com mais perigo.” (linha 10), “Felipe Melo, a aposta do Dunga que menos deu certo, não só fez o gol de empate da Holanda como faltou constantemente ao trabalho..”

¹ Artigo citado em Problemas de Linguística Geral II, 1989, p.90.

(linhas 11, 12) e ainda: "... foi expulso e deixou seu time com 10." (linha 13). O uso do léxico "descolar", "laranjas" e "faltou ao trabalho" mostram o sentimento do locutor, mas, sobretudo comprovam que o sentido do signo se preenche e se dá em suas relações. Na expressão "faltar ao trabalho", por exemplo, evidencia um locutor decepcionado que critica o jogador e que julga a ação daquele atleta que não podia errar, não naquela hora.

O texto de Luis Fernando Veríssimo elabora um sentido que revela a mudança, no locutor, de um estado de espírito para outro. Mostra, inicialmente, um locutor que, ao colocar a língua em funcionamento, revela-se esperançoso e certo da vitória da seleção que joga o primeiro tempo de uma maneira, e, posteriormente, a frustração da derrota no segundo tempo. Percebe-se essa passagem de mudança de estado do locutor em "Eu não tinha a menor dúvida de que venceríamos o jogo. Infelizmente, depois do intervalo houve o segundo tempo, que destruiu as pretensões do Brasil e a minha crônica." (linhas 5, 6, 7). O emprego desse "infelizmente" traz um sentido que recai para os dois fatos: a existência do segundo tempo e, por isso, a destruição da crônica imaginada para vitória.

Temos um *eu* que cobra de seu *tu* a participação em sua decepção. A cada vez que isso ocorre, esse *eu* e esse *tu* são novos, são "engendrados de novo", pois a cada enunciação eles designam algo novo. Podemos perceber que a tristeza do locutor na primeira vez que se marca é diferente da última, ou seja, ele se faz sujeito *eu* no texto, mostrando uma tristeza que é diferente do início para o fim do texto. Parece que ao final a tristeza desse *eu* é maior e mais doída do que no início. Isso obriga o *tu* a desacomodar-se e acompanhar o caminho trilhado pelo locutor, que vai marcando sua subjetividade no decorrer do texto.

Na 1ª instância, explicitada no texto por "antes do jogo" (tempo), o locutor marca-se a partir de uma relação de identificação particular com a expectativa geral de vitória associando isso ao uso do imperfeito, descrevendo-se em expressões como "eu não tinha a menor dúvida de que venceríamos o jogo" (linha 5). Nesse processo, o locutor instaura um alocutário com o qual deseja dividir a euforia da vitória.

Na 2ª instância, explicitada no texto por "depois do intervalo houve o segundo tempo" (linhas 5, 6), o locutor marca-se a partir de instrumentos que possibilitam uma relação de identificação com o sentimento de frustração da derrota, marcada no texto por "que destruiu as pretensões do Brasil e a minha crônica" (linhas 6, 7).

Diferentemente da instância anterior, agora é o uso do perfeito, em expressões como “destruiu as pretensões” (linha 6), “uma das coisas que mudaram” (linha 7), “outra foi que não apareceu para ajudá-lo” (linha 9), que mostra um locutor que intima o alocutário a dividir com ele a tristeza da derrota e a leitura da crônica.

Esses exemplos não têm o intuito de já apresentar uma análise textual, mas apontar elementos que podem ser analisados à luz da enunciação, segundo Benveniste, para que acadêmicos do Curso de Letras percebam como os sentidos se constroem no e pelo texto, para que assim possam adotar princípios metodológicos no trabalho com o texto em suas salas de aula da educação básica. Isso é o que buscamos com este estudo: construir princípios metodológicos para o estudo do funcionamento enunciativo do texto.

Tendo isso em vista, essa pesquisa é conduzida por algumas questões norteadoras, apresentadas a seguir.

3 Algumas questões que se impõem

Considerando o tema deste trabalho e destacando a construção do sentido da língua em uso em textos escritos, levantamos os seguintes questionamentos:

- Os estudos enunciativos podem trazer outro encaminhamento ao estudo do texto?
- A teoria enunciativa de Émile Benveniste apresenta subsídios para descrever o funcionamento do texto nas aulas de Língua Portuguesa?
- Como se transpõem os conceitos da teoria enunciativa para o campo textual?
- Que especificidade tem a análise de texto numa perspectiva enunciativa com as outras análises textuais? Qual a diferença?
- Como se pode analisar a construção do sentido do texto em sua dimensão enunciativa?

Neste momento, sublinhamos considerações sobre Benveniste a fim de propor uma reflexão acerca do trabalho com o texto no ensino de língua materna, tomando como ponto de partida a ideia de enunciação.

Segundo Benveniste (1989, p. 82), “enunciação é colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização”. Este conceito de enunciação nos traz o fato de o locutor mobilizar a língua por sua própria conta, trazendo aspectos importantes para a determinação dos caracteres linguísticos da enunciação. Precisamos ver nesse processo: a realização vocal da língua; os mecanismos desta produção, ou seja, a conversão da língua em discurso, observando como o sentido se traduz em palavras; e o quadro formal da realização da enunciação. Neste trabalho vamos nos deter neste último, o quadro formal da enunciação, por percebemos que os aspectos trazidos neste texto podem nos ajudar a determinar critérios para descrever a língua em uso empregada em textos escritos, trabalhados em sala de aula. Para Benveniste, esse quadro formal evidencia três elementos: o *ato* de enunciação, a *situação* em que a enunciação se realiza e os *instrumentos* de sua realização.

Quanto ao *ato*, podemos dizer que é através dele que o locutor passa a ser elemento indispensável à enunciação, pois é ele [o locutor] quem realiza o ato individual de utilização da língua. Antes disso, “a língua não é senão possibilidade da língua” (Benveniste 1989, p. 83). Quando o locutor se apropria da língua e se enuncia, concretiza esse *ato* de enunciação e a língua é efetuada em uma instância de discurso, instaurando o locutor (que produz o ato da enunciação) e o alocutário (que produzirá outra enunciação). Essa apropriação da língua pelo locutor instaura o *tu*, refere pelo discurso e faz do locutor um co-locutor. Isso traz um segundo elemento do quadro formal de enunciação: a *situação*. Benveniste (1989), quando fala de situação, traz presente o conceito de referência. Ele diz:

O ato individual de apropriação da língua introduz aquele que fala em sua fala. Este é um dado constitutivo da enunciação. A presença do locutor em sua enunciação faz com que cada instância de discurso constitua um centro de referência interno. Esta situação vai se manifestar por um jogo de formas específicas cuja função é de colocar o locutor em relação constante e necessária com sua enunciação (p. 83).

Portanto, o conceito de referência deve ser examinado, uma vez que é através da referência que se pode perceber do que o texto trata, assim como traz subsídios para que se observe a organização – pelos instrumentos – do texto.

A *situação* de enunciação vai se manifestar por um “jogo de formas específicas”. São elas: índices de pessoa (*eu/tu*); índices de ostensão (função dêitica da língua) e índices de tempo. A forma axial, ou seja, o eixo orientador da *situação*

de enunciação é o presente que coincide com o momento da enunciação. É dele que nasce a categoria de tempo. É na *situação* que temos o *eu* que se enuncia a um *tu*, num dado *tempo* e num dado *lugar*. Essas são as formas específicas da enunciação que, num jogo muito particular e singular, propiciam a enunciação que se renova a cada produção do discurso.

O terceiro elemento que compõe o quadro formal da enunciação são os *instrumentos*. Benveniste afirma que a enunciação – enquanto uma realização individual – é antes de tudo um processo de apropriação. Isso significa afirmar que “O locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor por meio de índices específicos, de um lado, e por meio de procedimentos acessórios, de outro” (p. 84). Isso é o que julgamos pertinente e necessário de se ver: a apresentação dos índices específicos e os procedimentos acessórios. Benveniste lista os específicos, os quais – como diz (p. 84) – têm a função de “colocar o locutor em relação constante e necessária com sua enunciação”. E os acessórios? Esses são construídos a cada enunciação e devem ser analisados a partir dessas situações específicas. Esses são um aparelho de funções, ou seja, são todos os elementos disponíveis na língua de que se serve o locutor para dizer algo a seu alocutário. Interrogações, ordens, apelos, chamamentos, asserções, negativas são alguns dos modos que o locutor usa para “intimar” seu alocutário, estabelecendo dessa maneira uma relação discursiva com seu parceiro. Podemos pensar os *instrumentos* como todos os recursos linguísticos que estão à disposição na língua, para a relação interlocutiva entre um *eu* e um *tu* e para a realização de um *ato* de enunciação, numa dada *situação* de tempo e espaço. Esse movimento gerado de um *eu* (fonte do dizer) para um *tu* (fim do dizer) caracteriza o quadro figurativo da enunciação. Temos aqui a estrutura do *diálogo*² dado pela enunciação.

Essas considerações nos parecem responder, muito sumariamente neste momento, mas possíveis de serem ampliadas, questões como: Se ao produzir um texto, o locutor realiza um ato, o que precisamos ver/ler no texto, para construir e explicar o sentido deste texto em dada situação enunciativa? Ou então: Por que recorrer aos estudos enunciativos em especial aos de vertente benvenistiana para a

² Questões relativas aos limites do diálogo, pontuados por Benveniste neste texto de 1970 não trataremos neste trabalho.

análise do texto? E ainda: Por que a teoria de Benveniste apresenta possibilidades que não são comuns às análises textuais que se vê por aí?

Acreditamos que essas questões trazem uma possível descrição do emprego da língua, que, a serviço do homem, possibilita que ele se marque como sujeito em seus dizeres. São essas marcas que podem ser “lidas” na escola, principalmente nas aulas de língua portuguesa, e discutidas, para se perceber que caminho textual/discursivo o locutor fez quando colocou a língua em funcionamento. Para nós, isso significa dizer que ensinar língua portuguesa na escola, em especial trabalhar o texto, é mostrar aos alunos como o sentido se constrói em cada sintagma organizado, ou seja, é mostrar como o nível semiótico (formas da língua) possibilita a arquitetura do nível semântico de um texto. Assim, nesse quadro figurativo da enunciação, registramos alguns critérios que devem ser adotados para o estudo do texto, uma vez que o emprego das formas da língua aponta para uma construção de sentido possível de um texto.

As práticas que vêm sendo desenvolvidas, na maioria das aulas de língua portuguesa das escolas de educação básica, ainda não demonstram um cuidado com o trabalho de texto no que respeita o ensino de ler e escrever. Observamos que o estudo da língua continua desvinculado da vida do homem e da vida em sociedade. Como dizem os Parâmetros Curriculares da Língua Portuguesa (a partir de agora PCNs) 1997, p. 36), “as pessoas aprendem a [] ler quando, de alguma forma, a qualidade de suas vidas melhora com a leitura”. Percebemos que o trabalho de texto que tem sido feito em diversas salas de aula, muitas vezes, nem ensina língua portuguesa, nem melhora a vida daqueles estudantes. Dentre tantos aspectos que poderíamos destacar, recortamos, para este momento, o trabalho com o texto nas aulas de língua portuguesa – esta que deve(ria) ser a unidade básica de ensino da língua, conforme dizem os PCNS.

Para nós, não há dúvida de que a ineficiência da escola e o mau desempenho dos alunos estão intimamente relacionados ao trabalho desenvolvido no interior da sala de aula. Os alunos, durante praticamente uma década, estudam definições, verbalizam regras, fazem classificações, fixam estruturas afastadas da língua em uso, ou seja, desenvolvem atividades *sobre* a língua. Priorizam o *código*, a forma, como se a língua fosse autônoma, imutável e exterior ao falante. Fundamentados nos padrões rígidos da gramática tradicional, muitos professores se sustentam apenas nos paradigmas da modalidade escrita, defendendo que a aprendizagem se

dá por meio de exercícios – e o que é mais grave, exercícios artificiais e distantes de situações comunicativas. Não é através de atividades de catalogação de entidades, de classificação de palavras e de reconhecimento de suas funções na frase que o aluno será capaz de usar a língua de forma eficiente e crítica nas diversas situações de uso – na escola e fora dela.

A função do professor de língua portuguesa vai muito além de um simples dar conteúdos gramaticais. Partimos do princípio de que nossos alunos, tendo como suporte as aulas de língua portuguesa, devem ser capazes de melhorar seu desempenho linguístico, ou seja, desenvolver sua competência comunicativa.

Desse modo, não há como tratar do ensino de língua materna sem fazer menção à língua como processo de interação verbal. Para que esse processo se realize, concorrem vários fatores, tais como a situação comunicativa e a própria organização e estrutura do discurso. Isso significa que os aspectos pragmáticos, semânticos e sintáticos não podem ser analisados de forma autônoma. Em relação a esse aspecto, vale a pena ressaltar que não se justifica, por exemplo, o professor trabalhar a morfossintaxe em frases isoladas (frases ideais, distantes do uso e da realidade linguística). Não há como analisar qualquer fato da língua sem considerar seu funcionamento.

Cabe lembrarmos que é através da língua que construímos a cultura, construímos mundos, criamos e (re)criamos realidades e tornamos nossas posições conhecidas. Assim, a língua tem de estar à disposição do homem, a serviço do homem. E é a linguagem em uso, ou seja, o discurso, que possibilita conhecermos o homem que vive e atua em sociedade. Daí porque defendermos que o ensino de língua portuguesa deva ultrapassar o nível da palavra e da frase e ter no texto o eixo principal do trabalho escolar. Nesse sentido, as ações desenvolvidas na escola devem priorizar atividades de uso da língua: atividades de produção oral, produção escrita, leitura e compreensão oral e escrita. Afinal, a escola não pode estar afastada da vida. Na vida, usamos textos o tempo todo – para expressar o que queremos, o que sentimos. É através de textos que argumentamos, duvidamos, nos rebelamos, manifestamos nosso apreço, nosso desdém. Isso tem de ser trabalhado na escola, com o texto nas aulas de língua portuguesa, o que geralmente não é feito.

Esse diagnóstico da realidade na escola aponta para a falta de outra concepção de língua/linguagem e a constatação de uma carência teórica dos educadores acerca dos estudos linguísticos.

4 A enunciação segundo Émile Benveniste: nosso amparo teórico

A teoria enunciativa de Benveniste, neste estudo deve ser aprofundada, mas algumas considerações já podem ser feitas, a fim de pontuar conhecimentos já construídos sobre a teoria e, a partir de então, discutir, questionar, aprofundar conceitos essenciais para investigar minuciosamente o funcionamento da língua.

Como diz Benveniste “Todo homem inventa sua língua e a inventa durante toda sua vida. E todos os homens inventam sua própria língua a cada instante e cada um de uma maneira distintiva, e cada vez de uma maneira nova. Dizer bom dia todos os dias da vida a alguém é cada vez uma reinvenção³”. A partir dessa observação feita por Benveniste, abordaremos sua concepção de enunciação, a qual foi construída a partir da definição de conceitos essenciais sobre pessoa e não-pessoa, sujeito e subjetividade, língua e linguagem.

Para Benveniste (1989), a enunciação é o ato de colocar a língua em uso, através de um ato individual de apropriação. O autor nos alerta para que tenhamos cuidado em não associar, de modo simplista, a enunciação à fala. A enunciação é o ato de produzir o enunciado e não simplesmente a fala. “Este ato é o fato do locutor que mobiliza a língua por sua conta” (p. 82). A enunciação é um processo de apropriação: é o locutor quem se apropria do *aparelho formal da língua* e se enuncia. Quando o locutor, através de um ato individual de apropriação da língua, se enuncia, ele *implanta o outro diante de si*, pois toda enunciação supõe alguém que fala para outro alguém. Na enunciação, consideram-se os seguintes aspectos: o ato em si, as situações em que o ato se realiza e os instrumentos de sua realização. O ato introduz o locutor como condição primeira da enunciação. “Antes da enunciação, a língua não é senão possibilidade da língua” (1989, p. 83).

O importante para este estudo é ressaltar que, nos estudos de Benveniste, a enunciação supõe a conversão individual da língua em discurso, o que a torna única, isto é, não pode ser repetida. Benveniste alerta-nos de que a condição específica

³ Benveniste, em resposta a Pierre Daix, em entrevista concedida em 1968. Princípios de Lingüística Geral II, 1989, p. 18.

para a enunciação é o ato de produzir o enunciado e não o texto do enunciado. Este pode ser repetido, aquele não, por isso dizemos que *o enunciado é irrepitível*.

Conforme Benveniste, a enunciação é responsável por promover certos signos à existência. *Eu, aqui, agora*, por exemplo, são termos que só existem *na* e *pela* enunciação, fora dela são termos que não têm referência, portanto, que não têm sentido. São constituintes fundamentais da enunciação as categorias de pessoa, tempo e lugar. A categoria de pessoa é responsável pela instalação do sujeito na língua, como veremos adiante. O tempo da enunciação é o presente. A única maneira de o homem viver o agora, de torná-lo atual, é instalando-o no seu discurso. O presente só faz sentido *na* e *pela* enunciação e ele se renova a cada produção do discurso. O tempo presente é um termo *vazio*, mas que se torna pleno através da enunciação. É a enunciação que se torna responsável por algumas classes de signos, é ela que dá existência a uma série de palavras que só fazem sentido no discurso. *Eu, aquele, agora* são termos que indicam o “aqui-agora” do locutor.

Benveniste (1989), em seu estudo sobre o aparelho formal da enunciação, indaga se pode haver enunciação sem diálogo e, o contrário, diálogo sem enunciação. Recomenda um pouco de cautela ao leitor antes de responder essa questão. Quanto ao diálogo sem enunciação, o autor afirma ser algo perfeitamente possível, embora não muito comum. O monólogo⁴, por sua vez, produz uma situação diferente, posto que procede da enunciação. O monólogo de que trata Benveniste faz parte de uma variedade do diálogo, é um *diálogo interiorizado, formulado em linguagem interior entre um eu locutor e um eu ouvinte* (p. 87). Em algumas línguas (francês, inglês, português) o eu ouvinte predomina como substituto do locutor colocando-se como eu; em outras, apresenta-se como parceiro de diálogo empregando tu (alemão, russo). O que torna possível essa transformação de diálogo em “monólogo”, onde EGO se divide em dois, ou assume dois papéis, deve-se a conflitos do “eu (*moi*) profundo” e da “consciência”. “Esta possibilidade é facultada pelo aparelho lingüístico da enunciação, sui-reflexivo, que compreende um jogo de oposições do pronome e do antônimo (eu/ me/ mim [je/ me/ moi])” (1989, p. 88).

⁴ Benveniste usa a expressão monólogo a algo que corresponde a uma espécie de diálogo interiorizado (entre um eu locutor e um eu ouvinte) e não a monólogo em seu sentido denotativo.

Outra situação particular, que não deve ser confundida com enunciação, e que, segundo Benveniste, situa-se como limite do diálogo, e ainda precisa ser analisada formalmente, é algo que ele denomina *comunhão fática*. Esta diz respeito a situações de comunicação cujas palavras cumprem simplesmente uma determinada função social, são usadas para mera troca de palavras, sem a função de transmitir uma significação que seja, simbolicamente, a significação delas. Nesse caso, a linguagem não funciona como expressão do pensamento, não é resultado de reflexão intelectual nem desperta no ouvinte, obrigatoriamente, algum tipo de reflexão. Esse é o caso das “conversas” de elevador, dos “diálogos” com estranhos sobre o tempo, meramente uma *troca de palavras que constituem o tagarelar comum* (1989, p. 89). A enunciação ainda poderia ser analisada sob muitos outros aspectos. Há, no estudo desse autor sobre o aparelho formal da enunciação, uma menção à enunciação escrita, objeto de nosso trabalho nesse estudo. Benveniste prenuncia o surgimento de amplas perspectivas de análise das formas complexas do discurso, quando afirma que, na escrita, a enunciação ocorre através de dois planos: aquele que escreve se enuncia ao escrever e, ainda, no interior de sua escrita, faz os outros indivíduos se enunciarem.

Um conceito fundamental na enunciação, como é vista por Benveniste, é a categoria da pessoa porque permitiu a proposição da subjetividade no sistema lingüístico. Veremos como Benveniste define o sujeito da enunciação, a partir da definição de pessoa. Antes de definirmos o sujeito da enunciação, precisamos distinguir os conceitos de pessoa e não-pessoa. Ao tratar desses conceitos, Benveniste parte de um estudo sobre os pronomes, em que afirma que o termo *eu* não denomina nenhuma entidade lexical, nem pertence a um indivíduo em particular. *Eu* é aquele que se designa como sendo eu, no momento em que se apropria da linguagem e se enuncia; é o locutor. O termo *eu* só pode ser identificado na instância do discurso. *A linguagem está de tal modo organizada que permite a cada locutor apropriar-se da língua toda designando-se como eu* (1995, p. 288).

Benveniste define três pessoas. Mostra-nos, através de muitos exemplos, que, em praticamente todas as línguas, há presença de pelo menos três pessoas no discurso: *eu*, *tu* e *ele*. Mesmo nas línguas em que não há marca linguística de pronome, o autor constata, ao menos nos verbos, a marcação de pessoa. Benveniste busca a concepção dos gramáticos gregos para diferenciar as três pessoas do discurso. Para eles, a primeira pessoa é “aquele que fala”, a segunda

“aquele a quem nos dirigimos” e a terceira “aquele que está ausente”. Partindo dessa diferenciação, Benveniste nos apresenta sua concepção da subjetividade na linguagem. Nesse sentido, os pronomes não podem ser considerados como constituidores de uma classe homogênea, pois não pertencem à mesma classe nem à mesma natureza. Há, no fenômeno da enunciação, dois grupos: *eu* e *tu* pertencentes à categoria de pessoa e *ele* pertencente à categoria de não-pessoa. A não-pessoa pertence ao semiótico, isto é, à linguagem enquanto sistema de signos; a categoria de pessoa pertence ao semântico, à linguagem assumida pelo indivíduo, ao discurso⁵.

Assim, entre eu e tu há uma correlação de subjetividade. A publicação do artigo intitulado “Da subjetividade na linguagem”, em 1958, revisto mais tarde, em 1966, defende, efetivamente, o fundamento da subjetividade como sendo o locutor no exercício da língua. *É “ego” que diz ego* (1995, p. 286). Nesse artigo, Benveniste declara a subjetividade como sendo a capacidade do locutor, que é aquele que se apropria da língua num determinado tempo e espaço e a põe em uso, de se propor como sujeito. *A linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como sujeito remetendo a ele mesmo como eu no seu discurso* (1995, p. 286).

A subjetividade é vista como uma propriedade da língua que se realiza pela categoria de pessoa. Benveniste (1995) reitera diversas vezes em seus textos que falar de subjetividade é falar de linguagem, uma vez que não atingimos nunca o homem (sujeito) separado da linguagem. A subjetividade corresponde à capacidade de o locutor se propor como sujeito. *É na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito; porque só a linguagem fundamenta na realidade, na sua realidade que é a do ser, o conceito de ego* (p. 286).

Benveniste propõe que pronomes, advérbios, locuções adverbiais não sejam simplesmente definidos como elementos pertencentes à dêixis, mas que seja feita uma relação desses elementos à instância do discurso, pois esses são elementos que significam no discurso. *A dêixis é contemporânea da instância de discurso que contém o indicador de pessoa* (1995, p.280). Os termos pertencentes à dêixis nada significam fora da enunciação. Vejamos o que diz Benveniste (1995) a respeito disso:

⁵ Conforme informamos anteriormente, na seção final deste capítulo, ao tratarmos do conceito de língua, abordaremos os níveis semiótico e semântico de significação.

A linguagem resolveu esse problema criando um conjunto de signos vazios, não referenciais com relação à realidade, sempre disponíveis, e que se tornam plenos assim que um locutor os assume em cada instância do seu discurso. Desprovidos de referência material, não podem ser mal empregados; não afirmando nada, não são submetidos à condição de verdade e escapam a toda negação. O seu papel consiste em fornecer o instrumento de uma conversão, a que se pode chamar a conversão da linguagem em discurso (p. 280).

É a língua que possibilita a identificação da diferença entre os planos que identificam os “objetos reais” e “os tempos e lugares históricos”, respectivamente correspondentes à instância discursiva e ao simples indicador de pessoa, de tempo, de lugar, de objeto mostrado. É o caso das seguintes correlações: eu x ele, aqui x lá, agora x na véspera. É necessário distinguir esses elementos característicos da instância discursiva dos elementos e objetos reais, tempos e lugares históricos, os quais se referem à terceira pessoa e, portanto, não pertencem ao discurso, à enunciação. Este é igualmente o caso das seguintes expressões: *na semana seguinte, há três dias, três dias antes*, etc. O termo *eu*, como vimos anteriormente, assim como outros termos pertencentes à dêixis, correspondem a um conjunto vazio, sem referência à realidade, mas que estão disponíveis e se tornam *plenos* no momento em que um locutor se enuncia. O verbo, assim como a pessoa verbal, é atualizado no discurso, depende desse ato, *não pode comportar nenhuma forma virtual e objetiva* (1995, p. 281). Todas as variações paradigmáticas do verbo: tempo, gênero, pessoa são resultantes dessa atualização.

Desde seus primeiros estudos, Benveniste (1989) destaca a importância do caráter social da língua. Ele afirma que a língua é tão importante porque é ela, e somente ela, que torna possível a sociedade. Não é possível conceber uma sociedade sem língua, pois é a língua que mantém juntos os homens. *A língua é o fundamento de todas as relações que fundamentam a sociedade, pois é a língua que contém a sociedade* (1989, p.63). Mais tarde, o autor confirma sua posição acerca da importância da língua na sociedade, afirmando que *Não é a língua que se dilui na sociedade, é a sociedade que começa como língua* (1995, p. 47).

Para Benveniste (1995), o homem se constitui como sujeito *na e pela* linguagem. O homem que se encontra no mundo é um homem que fala com outro homem, portanto a própria linguagem ensina a definição de homem. Durante muito tempo a linguagem foi confundida com instrumento de comunicação. Benveniste diz ser importante desfazer logo esse mal entendido porque, como instrumento,

podemos entender todos os sistemas de sinais, códigos rudimentares ou complexos, os quais não pertencem à natureza, uma vez que foram criados pelo próprio homem. O que torna possível a comunicação não são seus instrumentos, e sim a linguagem. O homem é o único ser do mundo capaz de falar porque é o único ser que possui um aparelho fonológico que o torna capaz de falar. É essa condição que torna o homem capaz de apropriar-se da língua para colocá-la em uso. A linguagem é o que constitui o sujeito.

Benveniste recupera a definição de língua no CLG, como sendo um sistema de signos que indicam ideias, portanto comparável à escrita, ao alfabeto dos surdos-mudos, aos ritos simbólicos, às formas de polidez, aos sinais militares, entre outros sistemas. A língua é, portanto, entre todos os sistemas, apenas o principal, não o único. A língua ocupa um espaço particular no universo dos sistemas de signos. Os signos da sociedade podem ser interpretados pelos signos da língua, e não o inverso, a língua será o interpretante da sociedade. Nessa perspectiva, a língua interpreta a sociedade porque funciona dentro dela. Ao contrário do que muitos debates já afirmaram, a língua não é simplesmente uma parte da sociedade, a língua constitui a sociedade, é ela que une os homens, pois é o instrumento comum a todos eles⁶. A língua pode ser isolada, estudada, descrita por ela mesma sem se referir a seu emprego na sociedade. Já a sociedade, por sua vez, não pode ser descrita, nem mesmo sua cultura, sem o uso das expressões linguísticas. É essa a razão que permite afirmar que a língua inclui a sociedade, mas não é incluída por esta. Ou, ainda, como afirma Benveniste, *há possibilidade de metalinguagem, não de metassociedade* (1989 p. 101).

Esta situação privilegiada da língua não se deve ao fato de ela ser o sistema mais comum, mais frequentemente usado, mas se deve ao fato de que ela significa de uma maneira específica, de tal modo que nenhum outro sistema pode reproduzi-la. A língua é o único sistema que combina dois modos de significância: o semiótico e o semântico.

O semiótico descreve o modo de significação que é próprio do signo linguístico e que o constitui como unidade. O estudo semiótico busca identificar as unidades, descrever suas marcas distintivas e descobrir os critérios, muitas vezes

⁶ Devemos informar que Benveniste não se refere às línguas de modo específico, como a língua chinesa, francesa ou portuguesa, e sim como sistema de formas significantes, que é a condição essencial para possibilitar a comunicação (1989, p. 96).

sutis, da distintividade. O signo analisado isoladamente é idêntico a si mesmo, como faz parte da base da língua, é o material necessário à enunciação e passa a ter existência quando é reconhecido como significante na comunidade linguística e provoca as mesmas associações ou oposições.

O modo semântico tem a ver com o discurso, com a compreensão, com o sentido. A função da língua, nesse modo, é a de produtora de mensagens. Assim, a mensagem não significa somente que uma sucessão de unidades sejam identificadas isoladamente, pois não será uma sucessão de signos que produzirá um sentido, ao contrário, o sentido se realiza e se divide em “signos” particulares, que são as palavras. O semântico, se assim podemos dizer, é muito mais amplo que o semiótico, pois o primeiro leva em consideração o conjunto dos referentes, enquanto o segundo pode ser analisado de modo distinto, separado e independente. “O semiótico (signo) deve ser reconhecido; o semântico (o discurso) deve ser compreendido” (1989, p. 66).

A língua, para Benveniste, é privilegiada, pois comporta, ao mesmo tempo, a significância dos signos e a significância da enunciação. A possibilidade de criar significado sobre a significância, ou seja, a possibilidade da realização da metalinguagem é que torna a língua soberana entre todos os outros sistemas. O que nos interessa, de modo especial nesse estudo, é o aspecto semântico, uma vez que este se identifica com o discurso, constrói-se na enunciação. É essa passagem da língua à língua-discurso, através da locução, o escopo de nosso trabalho.

A língua, enquanto sistema, quando é falada, isto é, empregada para expressar o que queremos dizer, se transforma em linguagem. A língua caracteriza-se como *uma grande estrutura, portadora de estruturas menores e de muitos níveis, que dá sua forma ao conteúdo de pensamento* (1995 p. 69). O conteúdo recebe forma ao ser transformado de pensamento em linguagem, ou seja, ao ser enunciado. Assim, a forma linguística é não apenas a condição para a transformação do pensamento em conteúdo, mas, principalmente, a condição de realização do pensamento, já que é praticamente impossível, pelo menos até hoje, afirmar que o pensamento exista sem a língua. O pensamento se materializa na língua.

Assim procuramos evidenciar que a língua é o instrumento de que se utiliza o locutor para se enunciar e produzir o discurso. Tal discurso, ou a enunciação, é caracterizado como um momento único, *sui-referencial*, do qual participam dois protagonistas (eu/tu) que se alternam durante a enunciação. Vimos, ainda, que a

linguagem é a possibilidade da subjetividade, pois é ela que contém as formas linguísticas apropriadas à sua expressão. Além disso, vimos que a subjetividade emerge no discurso, pois supõe a categoria de pessoa, uma vez que não atingimos nunca o homem (sujeito) separado da linguagem, já que ele se constitui *na e pela* linguagem.

5 Destacando algumas questões metodológicas

Este estudo que ora propomos é teórico-prático e de cunho conceitual, uma vez que seu objetivo principal é propor princípios metodológicos para o estudo do funcionamento enunciativo do texto. Os procedimentos utilizados durante a pesquisa são restritos à leitura, à reflexão, ao estudo bibliográfico e à análise de textos, para o entendimento e domínio de conceitos propostos na abordagem enunciativa (com suas particularidades) de Émile Benveniste, aplicados na leitura de textos nas aulas de língua portuguesa.

Nesse sentido, a metodologia que nos orienta é assim dividida: a) análise da bibliografia de referência, através da leitura de textos de Benveniste e seus leitores; b) análise conceitual, através da familiarização com a bibliografia de referência (dicionários, glossários, enciclopédias e outros repertórios) disponível; coleta e fichamento das obras selecionadas; seleção da terminologia e reconhecimento conceitual básico da área: elaboração de hierarquias e mapas conceituais e c) análises textuais que se destinam a registrar uma possibilidade de estudo do texto em aulas de língua portuguesa, numa perspectiva enunciativa, conforme Émile Benveniste, mais particularmente segundo conceitos explorados, na bibliografia aqui referida, desse linguista da enunciação. Tomando como ponto de partida as considerações feitas no decorrer deste estudo, sublinhamos a necessidade de observar o (s) sentido (s) construído (s) num *ato* e numa *situação* discursiva, através do manejo de *instrumentos* que arquitetam um texto, ou seja, através do colocar em funcionamento recursos linguísticos, disponíveis na língua, com os quais o locutor lança mão para escrever seu texto.

Desse modo, queremos provocar uma discussão acerca do ensino de língua materna nas escolas de Educação Básica e nos Cursos de Letras que se destinam a formar professores para as escolas que, definitivamente, na sua grande maioria, não oferecem um ensino de língua voltado para seu uso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRIVÉ, M. & NORMAND, C. (Org.). *Emile Benveniste Vingt Ans Après*. CRL - Université Paris X, 1997.

ARRIVÉ, M. Histoire, discours : retour sur quelques difficultés de lecture. In: NORMAND, C ; ARRIVÉ, M. *Émile Benveniste vingt ans après*. LINX, número especial, 1997.

BENVENISTE, Émile. *Problèmes de linguistique générale I*. Paris, Gallimard, 1966.

_____. *Problèmes de linguistique générale II*. Paris, Gallimard, 1974.

BOUQUET, S. Benveniste et la représentation du sens : de l'arbitraire du signe à l'objet extra-linguistique. In: NORMAND, C ; ARRIVÉ, M. *Émile Benveniste vingt ans après*. LINX, número especial, 1997.

CAUSSAT, P. *La subjectivité en question*. In: *Langages*. Paris: Larrousse, 1985. nº77, p. 43-54, março 1985.

COURSIL, J. La topique du dialogue ou comment assigner au sujet, son lieu. In: NORMAND, C ; ARRIVÉ, M. *Émile Benveniste vingt ans après*. LINX, número especial, 1997.

CULIOLI, A. *Pour une linguistique de l'énonciation*. Paris: Ophrys, 1990.

DAHLET, Patrick. « Une théorie, un songe: les énonciations de Benveniste ». In : NORMAND, Claudine ; ARRIVÉ, Michel (Dir.). *Emile Benveniste vingt ans après*. Paris, CRL-Université. LINX. Numéro spécial, pp. 195-209.

DESSONS, G. Pour une sémantique de l'art. In: NORMAND, C ; ARRIVÉ, M. *Émile Benveniste vingt ans après*. LINX, número especial, 1997.

DIAS, L. F. *Os Sentidos do Idioma Nacional: as bases enunciativas do nacionalismo linguístico no Brasil*. Campinas (SP): Pontes, 1996. 90 p.

DOSSE, François. *Histoire du structuralisme; II. Le chant du cygne, 1967 à nos jours*. Éditions La Découverte, Paris, 1992.

FIORIN, J.L. *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. São Paulo: Ática, 1996.

FLORES, V. et alli. *Enunciação e gramática*. São Paulo: Contexto, 2008.

FLORES, V. TEIXEIRA, M. *Introdução à linguística da enunciação*. São Paulo, Contexto, 2005.

FLORES, V; BARBISAN, L; FINATTO, M.J; TEIXEIRA, M. (Org.). *Dicionário de linguística da enunciação*. São Paulo, Contexto, 2009.

FLORES, V. *Linguística e psicanálise: princípios de uma semântica da enunciação*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

HAGÈGE, Claude. Benveniste et la linguistique de la parole. In : G. SERBAT et *alii* (éd.). *Émile Benveniste aujourd'hui I*. Louvain, Peters, 1984. pp. 105-118.

ITO, N. La nature des pronoms est-elle universelle? In: NORMAND, C ; ARRIVÉ, M. *Émile Benveniste vingt ans après*. LINX, número especial, 1997.

KIM, S. Benveniste et le paradigme de l'énonciation. In: NORMAND, C ; ARRIVÉ, M. *Émile Benveniste vingt ans après*. LINX, número especial, 1997.

LACHENAUD, G. L'apport des théories de Benveniste. In: NORMAND, C ; ARRIVÉ, M. *Émile Benveniste vingt ans après*. LINX, número especial, 1997.

LAZARD, G. Benveniste et la syntaxe générale. In: NORMAND, C ; ARRIVÉ, M. *Émile Benveniste vingt ans après*. LINX, número especial, 1997

MARTINS, E. *Enunciação e diálogo*. Campinas, SP: UNICAMP, 1990.

MESCHONNIC, H. Benveniste: sémantique sans sémiotique. In: NORMAND, C ; ARRIVÉ, M. *Émile Benveniste vingt ans après*. LINX, número especial, 1997.

MOÏNFAR, M. D. Sur la terminologie de Benveniste. In: NORMAND, C ; ARRIVÉ, M. *Émile Benveniste vingt ans après*. LINX, número especial, 1997. NORMAND, C. Lectures de Benveniste: quelques variantes sur un itinéraire balisé. In : NORMAND, C. : ARRIVÉ, M. *Émile Benveniste vingt ans après*. LINX, número especial, 1997

NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática: história, teoria e análise, ensino*. São Paulo: UNESP, 2002

NORMAND, Claudine; ARRIVÉ, Michel (Dir.). *Émile Benveniste vingt ans après*. Paris, CRL-Université. LINX. Numéro spécial, pp. 25-37

NORMAND, C ; ARRIVÉ, M. *Émile Benveniste vingt ans après*. LINX, número especial, 1997

NORMAND, C. Emile Benveniste: quelle sémantique? In: LINX. *Du dire et du discours. Hommage à Denise Maldidier*. 1997, pp. 221-238

ONO, Aya. *La notion d'énonciation chez Émile Benveniste*. Limoges, Lambert-Lucas, 2007.

PUECH, C. Benveniste et la représentation de la "discipline linguistique". In: NORMAND, C ; ARRIVÉ, M. *Émile Benveniste vingt ans après*. LINX, número especial, 1997.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix, 2000.